

Fazenda amplia negociação com Estados

Dida Sampaio/AE—24/3/96



Parente: "O governo está se propondo a ajudar a resolver o problema"

Governo quer articular negociação de dívidas com discussão sobre situação financeira dos bancos estaduais para montar programa de ajuste mais abrangente

SORAYA ALENCAR
e MIRIAM MOURA

BRASÍLIA — O governo federal quer tratar das dívidas dos Estados e de seus bancos de forma unificada. Em vez de negociações isoladas, no Ministério da Fazenda e no Banco Central, os governadores serão levados a discutir propostas que resultem em soluções conjuntas e definitivas para as duas questões. "A privatização é uma das alternativas", contou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, designado interlocutor oficial do governo para tratar do problema.

Parente explicou que a idéia é montar um programa abrangente, "que discuta o problema dos bancos estaduais de forma estrutural". "O governo está se propondo a ajudar a resolver o problema, desde que a figura do banco estadual não provoque os problemas que causou no passado."

Ou seja, o governo federal quer evitar o uso político e a má administração dos bancos pelos governos estaduais, fatores que levaram ao desequilíbrio quase que generalizado das instituições. O diagnóstico do governo, segundo Parente, é que o papel desses bancos na promoção do desenvolvimento regional está superado. "Como o sistema financeiro está hoje, os bancos estaduais não têm mais a finalidade que tinham no passado."

Parâmetro — Segundo outro integrante da equipe econômica, o governo estuda a adoção do "critério um por um" na negociação do ajuste financeiro dos Estados. Para cada R\$ 1 que o governador tomasse emprestado da União, teria de oferecer R\$ 1 de ativo em troca. Esse critério pode-

rá vir a nortear os parâmetros do Ministério da Fazenda nas negociações, independente da situação de cada Estado ou banco estadual. A compensação com a venda dos ativos seria exigida para evitar um maior impacto nas contas da União.

Na opinião de Parente, o governo federal está "maduro" para discutir as dívidas estaduais e "a oportunidade é única" para encontrar "a solução permanente" para a crônica insolvência dos Estados. Ele ressaltou, porém, que a montagem do programa ainda está em fase inicial.

Com a decisão de unificar as negociações, o governo desistiu da idéia de criar uma empresa paraes-

tatal — que chegou a ser chamada de Proer 2 — para gerenciar a liquidação dos bancos estaduais e a venda dos ativos dos Estados.

Dentro do objetivo de "eliminar completamente" o problema dos bancos estaduais, Parente antecipou que será oferecido "um menu de alternativas" às instituições. Ele admitiu que a privatização constará do menu, mas não revelou se a venda dos

bancos será a premissa básica do programa. "Há outras alternativas."

A idéia de vincular a negociação de débitos com a venda de ativos estaduais foi recebida com descrédito por vários parlamentares. Lembram que muitas empresas estaduais estão em situação pré-falimentar e alguns Estados não têm patrimônio a oferecer. Acrescentam que os governadores teriam de, primeiro, fazer um inventário dos bens, um processo demorado. E se houver estouro do limite de endividamento, os Estados precisariam da autorização do Senado, que também não é rápida. "Só se os Estados puderem oferecer praias e pontes", ironizou um parlamentar.

CRITÉRIO EM
ESTUDOS:
PARA CADA
R\$ 1 QUE UNIÃO
EMPRESTAR,
R\$ 1 DE ATIVOS
EM TROCA